



Title	Os 60 anos do início da guerra colonial em Angola
Author(s)	Rodrigues, César
Citation	Anais : Coloquio de Estudos Luso-Brasileiros. 2022, 49, p. 39-54
Version Type	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/88531
rights	
Note	

The University of Osaka Institutional Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

The University of Osaka

OS 60 ANOS DO INÍCIO DA GUERRA COLONIAL EM ANGOLA

César Rodrigues

Introdução

A 13 de Abril de 1961, António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Portugal há quase três décadas, aparecia diante das câmaras da Radiotelevisão Portuguesa para fazer um importante comunicado à nação. Referindo-se a uma recente remodelação governamental, o chefe de estado português anunciava que iria a partir de então assumir a tutela do Ministério da Defesa e introduzir algumas alterações nas chefias das Forças Armadas. Esta intervenção, que colocava Salazar directamente no controlo dos destinos militares do país, vinha a propósito de sublevações ocorridas em Angola nos meses anteriores, e era justificada através de palavras que ficariam gravadas na memória histórica portuguesa:¹ “se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...] a explicação concretiza-se numa palavra, e essa é: Angola. [...] Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação.”² Com estas declarações se assinalava a decisão portuguesa de resistir aos alentos independentistas no então ultramar português, consagrando de forma indelével o início da guerra colonial portuguesa (1961-1974).

¹ Luís Nuno Rodrigues, «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo», *Ler História*, n. 65 (2013): par. 1–2, doi:10.4000/lerhistoria.447. O momento do discurso é elegantemente capturado por Rodrigues no sentido de enquadrar a tentativa de golpe de estado do general Botelho Moniz, que será apresentada mais adiante neste artigo.

² Cit. por Nogueira, Franco (1984), Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964), Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 244-245.

A guerra colonial foi, indubitavelmente, um dos episódios mais relevantes da história recente de Portugal, envolvendo várias dimensões de foro político, estratégico económico e social. Tendo começado em Angola, o conflito alastrou-se nos anos seguintes à Guiné-Bissau (1963) e a Moçambique (1964), terminando treze anos depois aquando da “revolução dos cravos” de 25 de Abril de 1974. Constituiu, assim, uma encruzilhada chave para o regime do Estado Novo, assinalando o princípio do fim do império colonial português e de quase cinco séculos de história ultramarina. Celebrando-se actualmente os sessenta anos da eclosão da guerra em Angola, o presente ensaio propõe-se recordar os acontecimentos que deram origem ao conflito, analisando os seus principais factores, causas e dinâmicas. A primeira parte aborda o contexto internacional do pós-guerra e a situação de Angola na viragem para os anos 60. A segunda secção revisita a sublevação da Baixa do Cassange, os acontecimentos de 14 de Fevereiro em Luanda e os ataques de 15 de Março no noroeste do território. No terceiro momento, analisam-se a “abrilada” de Botelho Moniz e a decisão de Salazar de enfrentar a luta anticolonial em África pela via das armas. Por fim, o ensaio conclui contextualizando o início da guerra colonial no que ficaria conhecido na historiografia portuguesa como o “ano horrível” do regime Salazarista, marcando um ponto de viragem importante do Estado Novo e na história contemporânea de Portugal.³

O império português num mundo em mudança

O contexto internacional do pós-guerra trouxe alterações importantes à ordem colonial em que Portugal estava instalado. A derrota

³ A expressão “ano horrível” tem sido frequentemente utilizada para caracterizar o impacto que o ano de 1961 teve para Salazar e o Estado Novo, em virtude dos vários episódios que nesse ano abalaram o regime. Um bom exemplo dessas referências pode ser encontrado em António Luís Marinho, *1961: O Ano Horrível de Salazar* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

dos regimes autoritários na Europa, a emergência de um bloco socialista liderado pela União Soviética e pela China, e o declínio económico e militar das potências europeias vieram precipitar o surgimento da consciência independentista em vários territórios colonizados. Em África, esse alento descolonizador, a que Harold Macmillan chamou em 1960 os “ventos de mudança”,⁴ traduziu-se em várias sublevações armadas seguidas da independência de novos estados. A França, derrotada na Indochina e a braços com uma insurreição na Argélia, procedeu à descolonização da maioria das suas possessões até 1960. Já o Reino Unido, tendo enfrentado insurreições armadas na Ásia, Médio Oriente e África, iniciou uma agenda descolonizadora abrangente que iria atribuir a independência a vários dos seus territórios até 1965. Por fim, também a Bélgica se viu forçada a retirar de África, concedendo independência ao Congo em 1960 após um atribulado processo de contestação anticolonial.

Perante esta tendência global, Portugal permanecia num estado aparente de afastamento e inércia. Embora as autoridades portuguesas tivessem noção das dinâmicas de autodeterminação em curso, recusavam, contudo, a ideia de que a retirada de África era inevitável, arreigando-se ao invés à convicção de que a presença portuguesa no ultramar era um facto histórico imutável e inerente à identidade do país. O regime de Salazar promovia a ideia de antiguidade e brandura do seu modelo de presença ultramarina, tomando a tese “lusotropicalista” de que os portugueses dispunham de uma vocação especial para a miscigenação e diálogo inter-racial.⁵ Na tentativa de adaptar a aparência do império às normas

⁴ Ver: «1960: Macmillan Speaks of “wind of Change” in Africa», 3 de Fevereiro de 1960, http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/february/3/newsid_2714000/2714525.stm. Acedido 2 de Março de 2021.

⁵ A tese do “lusotropicalismo” originou do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre na década de 1930 e foi utilizada pelo Estado Novo no sentido de promover a sua política colonial. Sobre essa matéria, ver, por exemplo: Cláudia Castelo,

emergentes do pós-guerra, o governo português tinha inclusivamente redefinido a designação formal das suas colónias – denominadas de “províncias ultramarinas” a partir dos anos 50 – e esboçado reformas no sentido de promover a legitimidade de Portugal nesses territórios.⁶ Não obstante, a situação colonial portuguesa permanecia problemática e propícia a desalentos, e os anos seguintes revelar-se-iam bastante desafiantes nesse contexto.

Com efeito, à viragem para a década de 1960, Portugal começou a ficar cada vez mais isolado na sua política colonial. A ascensão de novos estados-membros à ONU, muitos deles recém-descolonizados, ditou o aparecimento de normas anticoloniais e a proclamação do direito de autodeterminação das respectivas sociedades. Destacavam-se, desde logo, as resoluções da Assembleia Geral que instavam Portugal a prestar contas relativamente aos seus territórios “não autónomos.”⁷ Ao mesmo tempo, entre os países aliados, as pressões também aumentaram à medida que as grandes dinâmicas da Guerra Fria se começavam também a jogar na África Austral.⁸ Em Washington, a nova administração Kennedy mostrava-se ostensivamente favorável a um processo de descolonização por parte de

Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961) (Porto: Afrontamento, 1998).

⁶ Ver: Pedro Aires Oliveira, «Uma Descolonização Fora de Horas», em *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), 519–25; António Duarte Silva, *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914-1974)* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019), pt. V.

⁷ A. E. Duarte Silva, «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social* xxx, n. 130 (1995): 7–11.

⁸ Ver: Correia, João Manuel Pinto. «As dinâmicas indiretas da Guerra Fria nas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique.» *Revista de Ciências Militares* V, n. 1 (2017): 115–48.

Lisboa.⁹ Já o Reino Unido, na senda da sua própria descolonização, fazia apelos semelhantes aos líderes portugueses, convidando-os a ter bom-senso relativamente à inviabilidade da sua política africana.¹⁰ No entanto, o governo de Salazar permanecia inamovível. Poucado até então aos “ventos de mudança,” e encarando os “seus problemas na África sob um ponto de vista estritamente moral, ou até mesmo teológico”¹¹ o regime português seria em 1961 confrontado com uma luta anticolonial quando nesse ano se dá uma violenta sublevação em Angola.

O início da luta armada em Angola

À viragem da década de 1960, Angola, a maior e mais rica das colónias portuguesas, apresentava-se relativamente imperturbada pelos desenvolvimentos políticos que decorriam em África. Esta calma aparente escondia, contudo, um território propício à revolta. Com cerca de 1.247.000km², Angola tinha uma área 11 vezes maior que a de Portugal. A sua população era composta por 4,9 milhões de indivíduos divididos em 94 tribos e 9 grupos etnolinguísticos, representando a população branca apenas 3.5% do total.¹² O território era rico em recursos naturais como o petróleo, minério e pedras preciosas, e dispunha de enorme potencial agrícola, em particular o café, o sisal e o algodão. No entanto, as realidades política, social e económica perfilavam um modelo de exploração colonial

⁹ Ibid., 25–26. Sobre as relações entre a administração Kennedy e o governo de Salazar, ver: José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar O Leão e a Raposa* (Lisboa: Leya, 2013).

¹⁰ Pedro Aires Oliveira, «Harold Macmillan, os “ventos de mudança” e a crise colonial portuguesa (1960-1961)», *Relações Internacionais*, n. 30 (Junho de 2011): 21–38.

¹¹ Ibid., 32.

¹² John P. Cann, *Contra-insurreição em África* (Lisboa: Atena Editora, 1998), 22–23.

favorável ao subdesenvolvimento e à contestação. A economia assentava sobretudo no sector primário e era fortemente condicionada por Lisboa. A industrialização era fraca. As infraestruturas, parcas, impediam a comunicação e o comércio, sendo que o acesso à saúde, educação ou segurança também era muito limitado. Por último, o panorama socioeconómico era marcado por um quotidiano de desigualdades, maus-tratos, pobreza e trabalhos forçados em relação à população negra.¹³

Foi com base nesta realidade que se criaram condições para o início da insurreição armada em Angola. A 4 de Janeiro de 1961 teve início na zona da Baixa do Cassange uma revolta de camponeses contra as más condições laborais existentes na região e o cultivo obrigatório do algodão imposto pela Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), empresa luso-belga que operava na região de Malange, no norte de Angola. Segundo se verificou na época, a população local vivia em “condições de absoluta miséria moral e material sobre todos os aspectos,” sujeitas à dominação e arbítrio da COTONANG, que coagia os trabalhadores e aplicava castigos corporais com quase total impunidade.¹⁴ Nessa altura, os trabalhadores indígenas recusaram-se durante várias semanas a trabalhar e a pagar impostos, envolvendo-se em tumultos contra as autoridades

¹³ Ver: Gervase Clarence-Smith, «Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961», *African Economic History*, n. 14 (1985): 1–13, doi:10.2307/3601111; Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 61* (Lisboa: Texto Editora, 2011), 29–40; Nuno Valério e Maria Paula Fontoura, «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial - uma tentativa de síntese», *Análise Social* 29, n. 129 (1994): 1193–1208; Raquel Varela e João Louçã, «African Forced Labour and Anti-Colonial Struggles in the Portuguese Revolution: A Global Labour History Perspective», em *Worlds of Labour Turned Upside Down*, vol. 41, *Studies in Global Social History* (Leiden: Brill, 2020), sec. 3, doi:10.1163/9789004440395_009.

¹⁴ Anabela Silveira, «A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada», *Revista Porto* 2, n. 3 (2013): 40–57. Cit. por Vaz, Major Rebocho. Relatório. In: Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Os anos da Guerra Colonial* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 54.

coloniais e a população branca. Este levantamento, entretanto, revelava alguns sinais de politização em torno da causa independentista, aos quais o exemplo do vizinho Congo não era estranho. As autoridades portuguesas reagiram a partir de Fevereiro, reprimindo os revoltosos com recurso a prisões, julgamentos, acções armadas, e até bombardeamentos da Força Aérea.¹⁵

Por essa altura, a 4 de Fevereiro, deu-se um segundo episódio de rebelião anticolonial. Nessa madrugada, um grupo de cerca de 200 angolanos desencadeou vários ataques a edifícios das autoridades portuguesas em Luanda. Munidos sobretudo de armas brancas, os assaltantes tentaram tomar uma esquadra de polícia, a cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão militar, com vista a liberar presos e capturar armas.¹⁶ Havia também a expectativa de que o pronunciamento pudesse corresponder à chegada do paquete Santa Maria, sequestrado dias antes em pleno oceano Atlântico por Henrique Galvão, um audacioso opositor ao regime de Salazar, e que se esperava aportar a Luanda por essa altura.¹⁷ No entanto, o Santa Maria nunca chegou a Angola e os ataques, repelidos pelas autoridades, não só fracassaram como resultaram em detenções e mortos entre os revoltosos. Todavia, o episódio revestia-se de significado político e revelava a emergência de dois movimentos de libertação: a União das Populações de Angola (UPA), de cariz mais tribal e fundada por Holden

¹⁵ Silveira, «A Baixa de Cassange», 47–50.

¹⁶ António Lopes Pires Nunes, «Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes», *Revista Militar*, n. 2545–2546 (Março de 2014): 188.

¹⁷ Mateus e Mateus, *Angola 61*, 101–2; Nunes, «Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes», 186–87. Sobre o assalto ao paquete Santa Maria ver: Henrique Galvão, *Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria* (São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1961); H. Paulo, «1961: O Assalto do Santa Maria e o Desmoronar do Regime Salazarista em Portugal», *História Revista* 16, n. 1 (2011): 53–80, doi:10.5216/hr.v16i1.14704.

Roberto; e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de inspiração marxista e liderado por Agostinho Neto. Ambos os partidos iriam iniciar a luta armada nos meses seguintes.

O terceiro acontecimento que marcou o início da guerra colonial em Angola foi a vaga de ataques desencadeados a 15 de Março por seguidores da UPA. Nesse dia, grupos armados de catanas e outras armas gentílicas levaram a cabo uma vaga de ataques simultâneos a inúmeras fazendas e povoações no noroeste de Angola, dirigidos sobretudo à população branca, às autoridades coloniais e à população indígena tida como colaboradora dos portugueses.¹⁸ Dessa revolta resultou a morte de 200 a 300 europeus e vários milhares de negros, massacrados indiscriminadamente às mãos dos assaltantes, causando a debandada geral entre os sobreviventes. A sublevação durou vários dias e apanhou as autoridades portuguesas mal preparadas e praticamente de surpresa. As Forças Armadas portuguesas dispunham de menos de 3000 efectivos em Angola, e a aviação era praticamente inexistente. As informações que chegavam da região eram confusas e alarmantes, e em Lisboa os decisores políticos pareciam incapazes de formular uma resposta rápida e adequada aos acontecimentos. Entretanto, no terreno, milícias civis e militares reagiam aos massacres através de retaliações violentas à população negra, que se acredita terem causado entre 8 a 50 mil mortos.¹⁹ Além da crise causada no seio da sociedade angolana, sobretudo entre os colonos, estas perturbações iriam nos meses seguintes colocar em causa a política colonial de Salazar e abalar as estruturas de poder do Estado Novo.

¹⁸ Oliveira, «Uma Descolonização Fora de Horas», 511-18.

¹⁹ Ibid. Para uma crónica detalhada destes acontecimentos, ver: Mateus e Mateus, *Angola 61*, cap. 3.

Da “abrilada” ao “para Angola já e em força”

A gravidade dos acontecimentos vividos em Angola no início de 1961 levantou oposição interna entre os militares portugueses. À cabeça desse movimento encontrava-se o general Botelho Moniz, Ministro da Defesa de Salazar e um dos mais destacados membros da geração dos altos oficiais formados no quadro da NATO que albergavam visões políticas mais liberais. Consciente da fragilidade da posição colonial portuguesa face às novas dinâmicas internacionais, Botelho Moniz tinha alertado nos anos anteriores, embora sem sucesso, para a necessidade de reforçar a presença militar em África a fim de precaver a eclosão de movimentos independentistas. Quando a situação em Angola se deteriorou no início de 1961, o general inclinou-se para a ideia de que era necessária uma alteração de fundo na política colonial portuguesa. Especificamente, Botelho Moniz, apoiado por alguns sectores do meio político-militar e alguns emissários internacionais, procurou persuadir Salazar de que a única saída viável para Portugal consistia em empreender um plano de descolonização semelhante ao das outras potências europeias. Quando estas diligências falharam, o grupo revoltoso virou-se para a promoção de um “golpe constitucional” visando a destituição de Salazar, com a possibilidade de um “pronunciamento militar” mais vigoroso se tal fosse necessário. A manobra golpista, que ficou conhecida por “abrilada”, fracassou no dia 13 de Abril quando no último momento o Presidente do Conselho se antecipou aos revoltosos e os neutralizou administrativamente.²⁰ Daí em diante a posição do regime endureceu em matéria de política colonial.

Com efeito, perante o dilema entre descolonizar ou resistir em África, a via de Lisboa passou a ser a das armas. Salazar assumiu directamente o controlo do Ministério da Defesa e procedeu a uma remodelação profunda do seu governo, que passou a incluir figuras com

²⁰ Rodrigues, «Militares e Política».

tendências mais reformistas. Seguindo a sua proclamação de embarcar “para Angola e em força”, o chefe do governo ordenou o envio de um forte contingente de tropas para essa colónia com o objectivo de reocupar as regiões sublevadas e combater os grupos armados da UPA. Após um período inicial de inércia e desorientação, o regime deitou mão a todos os seus recursos para esboçar uma estratégia que pudesse, por um lado, sustentar as ofensivas armadas dos movimentos nacionalistas, e por outro, capturar o apoio das populações locais e dessa forma aumentar a legitimidade da presença portuguesa em África.²¹ Até ao final do ano o número de militares destacados para Angola ascendeu aos 33,000. Administrativamente, o governo português tentou emendar alguns aspectos mais retrógrados do sistema colonial, pondo em marcha o fim da cultura obrigatória do algodão, abolindo o Estatuto do Indigenato, e introduzindo novas leis de trabalho rural.²² Estas acções permitiram restabelecer uma calma relativa em Angola e apaziguar as preocupações da comunidade branca. Contudo, tais intervenções não seriam suficientes para evitar a propagação do conflito nos anos seguintes, nem para prevenir os abalos que o regime iria continuar a sofrer até ao final do ano.

Efectivamente, o ano de 1961 revelar-se-ia o “ano horrível” de Salazar e do Estado Novo. A par da eclosão da guerra colonial em Angola, uma série de outros acontecimentos vieram colocar em causa a sobrevivência do regime. A 1 de Agosto Portugal foi forçado a abandonar o Forte de São Baptista de Ajudá, um pequeno enclave situado no actual Benim habitado por apenas dois funcionários coloniais, após um ultimato por parte do governo desse país.²³ Mais tarde, no dia 10 de Novembro, um grupo de homens comandado por Hermínio da Palma Inácio, um célebre opositor ao regime de Salazar, sequestrou um avião dos Transportes Aéreos

²¹ Cann, *Contra-insurreição em África*.

²² Oliveira, «Uma Descolonização Fora de Horas», 519–25.

²³ *Ibid.*, 518.

Portugueses entre Casablanca e Lisboa, lançando milhares de panfletos anti-regime sobre Lisboa e várias cidades do sul do país.²⁴ Um mês depois, a 18 de Dezembro, a União Indiana invadiu Goa com mais de 30,000 homens e derrotou a guarnição portuguesa de aproximadamente 3,500 soldados em 36 horas, golpeando violentamente a integridade do império.²⁵ Por fim, no último dia do ano, em 31 de Dezembro, algumas dezenas de civis e militares sob inspiração do general Humberto Delgado, opositor a Salazar e ex-candidato a Presidente da República em 1958, tentaram sublevar o Regimento de Infantaria 3 de Beja e inspirar um golpe de Estado a nível nacional, fracassando a intentona.²⁶ Embora o regime sobrevivesse a todos estes episódios, estava todavia lançado o mote para a derradeira etapa do Estado Novo e do capítulo ultramarino da história portuguesa.

Conclusões

O início da guerra colonial em Angola foi um acontecimento crucial na história recente de Portugal cujas implicações se desdobram por várias dimensões. Num primeiro plano, constituiu desde logo o início de um longo conflito armado. Os acontecimentos de Janeiro a Março de 1961 abriram o caminho a uma guerra que se prolongaria durante mais treze anos, estendendo-se à Guiné-Bissau em Janeiro de 1963 e a Moçambique em

²⁴ Ver: «Sequestro era connosco», *Correio da Manhã*, set de 2002, <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/sequestro-era-connosco>. Acedido 1 de Março de 2021.

²⁵ Sobre a invasão de Goa e outras questões envolventes, ver: Tom Ruys, «The Indian Intervention in Goa - 1961», SSRN Scholarly Paper (Rochester, NY: Social Science Research Network, 2017), doi:10.2139/ssrn.2989698; Maria Manuel Stocker, *Xeque-Mate a Goa* (Lisboa: Texto Editores, 2005).

²⁶ Ver: Irene Flunser Pimentel, «No 50.º aniversário da Revolta de Beja», *Irente Pimentel*, 16 de Janeiro de 2012, <http://irenepimentel.blogspot.com/2012/01/no-50-aniversario-da-revolta-de-beja.html>.

Setembro de 1964.²⁷ Ao longo desse período, Portugal enfrentou cinco movimentos de libertação a vários milhares de quilómetros, numa altura em que o país não era rico nem militarmente poderoso.²⁸ A par do esforço militar, que no seu auge mobilizou cerca de 150,000 homens, Portugal procurou a partir de 1961 promover também o desenvolvimento socioeconómico das suas províncias ultramarinas com vista a colmatar os focos mais retrógrados da administração colonial e melhorar a legitimidade da sua política ultramarina. Esta estratégia, todavia, provar-se-ia uma corrida contra o tempo com poucas probabilidades de sucesso.²⁹ Apesar de alguns êxitos militares e do acelerado desenvolvimento económico que se verificou em Angola e Moçambique a partir de meados da década de 1960 e até 1974, Portugal entrou cada vez mais numa situação de crescente isolamento e censura no plano internacional, que combinada com as tensões internas na sociedade portuguesa acabariam por propiciar o fim do regime com a “revolução dos cravos.”

Num segundo plano, o início da guerra em Angola representou um dilema existencial para o regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, que se viu confrontado com a escolha entre seguir os “ventos de mudança” e descolonizar, ou, pelo contrário, resistir às pressões independentistas e defender a integridade do império colonial. Para o Presidente do Conselho, defender o ultramar significava preservar um paradigma histórico que não devia ser cedido aos jogos ideológicos da época, em particular a competição entre os blocos da Guerra Fria, para

²⁷ Em Angola, a UPA/FNLA UPA viria a designar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Para além da FNLA e do MPLA surgiria também em 1966 a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de Jonas Savimbi. Na Guiné-Bissau, operava o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral, e em Moçambique a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada primeiro por Eduardo Mondlane e depois por Samora Machel.

²⁸ Cann, *Contra-insurreição em África*, 19.

²⁹ Oliveira, «Uma Descolonização Fora de Horas», 531–38.

quem a captura de novas zonas de influência era, presumivelmente, o objectivo último nessa região. Assim, entre as grandes tendências internacionais e aquilo que eram os seus valores e visão histórica do país, Salazar optou por embarcar numa ambiciosa campanha político-militar que visava a permanência de Portugal em África. Esta posição de combater “sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós”³⁰ contribuiu para que o destino do Estado Novo ficasse inexoravelmente ligado ao destino do ultramar. Tal como em 1961 aquando do início da guerra, também no dia 25 de Abril de 1974 acabou por ser a inviabilidade da política ultramarina e a insatisfação no seio dos militares portugueses que ditou, dessa vez com sucesso, a resolução do problema colonial e a abertura política de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- «1960: Macmillan Speaks of “wind of Change” in Africa», 3 de fevereiro de 1960.
http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/february/3/newsid_2714000/2714525.stm.
- Afonso, Aniceto, e Carlos de Matos Gomes. Os anos da Guerra Colonial. Lisboa: Quidnovi, 2010.
- Antunes, José Freire. Kennedy e Salazar O Leão e a Raposa. Lisboa: Leya, 2013.
- Cann, John P. Contra-insurreição em África. Lisboa: Atena Editora, 1998.
- Castelo, Cláudia. Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1998.

³⁰ «O Portal da História - Discurso do mês: António de Oliveira Salazar em 1965», <https://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html>. Acedido 3 de Março de 2021.

- Clarence-Smith, Gervase. «Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961». *African Economic History*, n. 14 (1985): 1–13. doi:10.2307/3601111.
- Correia, João Manuel Pinto. «As dinâmicas indiretas da Guerra Fria nas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique.» *Revista de Ciências Militares* V, n. 1 (maio de 2017): 115–48.
- Galvão, Henrique. *Minha Cruzada Pró-Portugal*. Santa Maria. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1961.
- Marinho, António Luís. 1961: O Ano Horrível de Salazar. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- Mateus, Dalila Cabrita, e Álvaro Mateus. *Angola 61*. Lisboa: Texto Editora, 2011.
- Nogueira, Franco. *Salazar. Vol. V. A Resistência (1958-1964)*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984.
- Nunes, António Lopes Pires. «Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes». *Revista Militar*, n. 2545–2546 (março de 2014): 185–99.
- «O Portal da História - Discurso do mês: António de Oliveira Salazar em 1965». Acedido 3 de março de 2021. <https://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html>.
- Oliveira, Pedro Aires. «Harold Macmillan, os “ventos de mudança” e a crise colonial portuguesa (1960-1961)». *Relações Internacionais*, n. 30 (2011): 21–38.
- . «Uma Descolonização Fora de Horas». Em *História da Expansão e do Império Português*, 510–45. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.
- Paulo, H. «1961: O Assalto do Santa Maria e o Desmoronar do Regime Salazarista em Portugal». *História Revista* 16, n. 1 (2011): 53–80. doi:10.5216/hr.v16i1.14704.
- Pimentel, Irene Flunser. «No 50º aniversário da Revolta de Beja». *Irente Pimentel*, 16 de janeiro de 2012. <http://irenepimentel.blogspot.com/2012/01/no-50-aniversario-da-revolta-de-beja.html>.
- Rodrigues, Luís Nuno. «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo». *Ler História*, n. 65 (2013): 39–56. doi:10.4000/lerhistoria.447.

- Ruys, Tom. «The Indian Intervention in Goa - 1961». SSRN Scholarly Paper. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2017. doi:10.2139/ssrn.2989698.
- Correio da Manhã. «Sequestro era connosco», set de 2002. <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/sequestro-era-connosco>.
- Silva, A. E. Duarte. «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)». *Análise Social* xxx, n. 130 (1995): 5–50.
- Silva, António Duarte. *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914-1974)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019.
- Silveira, Anabela. «A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada». *Revista Porto* 2, n. 3 (2013): 40–57.
- Stocker, Maria Manuel. *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Texto Editores, 2005.
- Valério, Nuno, e Maria Paula Fontoura. «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial - uma tentativa de síntese». *Análise Social* 29, n. 129 (1994): 1193–1208.
- Varela, Raquel, e João Louçã. «African Forced Labour and Anti-Colonial Struggles in the Portuguese Revolution: A Global Labour History Perspective». Em *Worlds of Labour Turned Upside Down*, 41:199–223. *Studies in Global Social History*. Leiden: Brill, 2020. doi:10.1163/9789004440395_009.

【要旨】

アンゴラ植民地戦争開始 60 年

セザル・ロドリゲス

本論ではアンゴラでのポルトガルの植民地戦争の起源となる出来事を検討し、主な要因や原因、動態などを分析することを提案する。第一部として 1960 年代当初のアンゴラの状況を主に地域の政治、社会、経済の観点、そして大戦後の国際的文脈から考察する。続いて、反植民地武装闘争の起源となった事件、特にバイシャ・デ・カサンジェでの出来事やルアンダの 2 月 4 日事件、そして北部における 3 月 15 日以降の攻撃について言及する。最後に第三部としてポテリョ・モニスの「四月事件 Abrilada」と武力によって脱植民地化への抵抗を図ったサラザールの決定について分析する。サラザールにとって「忌むべき年 ano horrível」とも言われる、その年の出来事を中心に考察することでアンゴラ植民地戦争の開始が新国家体制 Estado Novo にとって歴史的転換点であったと結論づけたい。

キーワード：アンゴラ、植民地戦争、ポルトガル、新国家体制、脱植民地化

Resumo

O presente artigo revisita o início da guerra colonial portuguesa em Angola, analisando os seus principais factores, causas e dinâmicas. A primeira parte enquadra a situação de Angola na viragem da década de 1960, nomeadamente à luz da situação política, social e económica do território assim como do contexto internacional do pós-guerra. Num segundo momento, recordam-se os acontecimentos deram origem à luta armada anticolonial, especificamente a sublevação da Baixa do Cassange, o 14 de Fevereiro em Luanda e os ataques de 15 de Março no noroeste do território. Por fim, a terceira parte analisa a “abrilada” do general Botelho Moniz e a decisão de Salazar de resistir à descolonização pela via das armas. O artigo conclui inserindo estes acontecimentos no chamado “ano horrível” de Salazar, identificando o início da guerra colonial em Angola como um ponto de viragem histórico para o regime do Estado Novo.

Palavras-chave: Angola, Guerra Colonial, Portugal, Estado Novo, Descolonização